

Lená Medeiros de Menezes
Os indesejáveis: desclassificados da modernidade.
Protesto, crime e expulsão na capital federal
(1890-1930)

Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996. 307 p.

No rastro dessa tendência de longa duração na História, – os movimentos de discriminação e rejeição ao imigrante no mundo ocidental – surge, muito oportunamente, este livro de Lená Menezes sobre os *indesejáveis*, isto é, os estrangeiros, considerados como as *sobras* da modernidade. Como a própria autora afirma, ele procura lançar um olhar sobre o homem comum, vindo do estrangeiro como imigrante, em sua luta pela sobrevivência na sociedade pautada pela ordem e o progresso de final dos oitocentos e início dos noventa, na qual a exclusão constituía uma prática regular. Embora a historiografia registre alguns livros sobre esses grupos, situados nas fímbrias da sociedade, são textos, em geral, que abordam seja a questão da grande imigração, seja a inserção desse imigrante em um mercado de trabalho idealizado, como *ersatz* para uma mão-de-obra, agora liberta, há pouco escrava. A originalidade deste trabalho, ao contrário, reside em uma análise que pretende, através de pequenas histórias de vida sobre o cotidiano do imigrante quase anônimo, articular a história social com a história econômica, cultural e das mentalidades. Configura-se, assim, uma visão de época segundo a qual a sociedade, esse *organismo vivo*, vulnerável a uma contaminação, de-

via resguardar-se, por meio de uma barreira constante e sem tréguas contra a invasão de males morais que, sob as formas mais variadas, a Europa despejava continuamente no país.

Para tanto, vale-se de fontes diversas, incluindo os documentos oficiais (relatórios ministeriais e dos chefes de polícia, legislação de época, código penal, discursos parlamentares, correspondência diplomática, atos internacionais) a imprensa (grandes periódicos, jornais operários, revistas e crônicas) cartas de arquivos particulares; e a literatura científica e médica. O trabalho ainda apresenta, como ponto chave para a análise, uma documentação, até agora, pouco explorada, que são os processos e listas de expulsão de imigrantes. Através desse rico manancial, a autora transporta o leitor a uma conjuntura marcada pela circulação internacional de indivíduos de várias procedências, que trazem, ao cruzar os mares, não só o sonho de ascender socialmente pelo trabalho, mas de conquistar também um novo lar. Sonho que, no entanto, acabava por se desfazer, com frequência, nas ruas da miséria, em uma cela de prisão ou no porão do navio que os levava, abruptamente, de volta ao país de origem.

O livro está estruturado em três partes principais. Na primeira, estudam-se as “Luzes e sombras no drama da modernidade”, descrevendo-se o processo civilizatório desencadeado na capital brasileira e identificando-se o cenário dessas mudanças, em contraste com seus bastidores, para descortinar-se uma outra cidade, mergulhada nas sombras. É nesse espaço velado que se situam os estrangeiros, protagonistas do drama, esforçando-se para ocupar os lugares até muito recentemente desempenhados pelos escravos.

Num segundo momento, os imigrantes são analisados a partir de sua ação cotidiana, tanto no mundo do trabalho, quanto no mundo do crime. Considerados, pela imprensa de época, como *hóspedes indesejáveis*, eles podiam ser estigmatizados em função de uma militância política, caso em que se destacavam os anarquistas e os comunistas, embora nem sempre trouxessem de fora essas ideologias; especialmente os primeiros, muitas vezes chegados ao Brasil ainda em tenra idade. Em outro grupo, distinguiam-se os *habitués dos cárceres* – vadios, mendigos, jogadores, ébrios e ladrões – diretamente provenientes do mundo da pobreza urbana. Por fim, assinalavam-se os criminosos internacionais, vinculados, no âmbito mundial, ao comércio do prazer: os cáftens.

A última parte do livro trata da repressão, desencadeada pelo poder oficial, através dos processos de expulsão. Correspondia à necessidade de limpar e higienizar a cidade, para transformá-la em uma vitrine do progresso. Nesse momento, com a implantação do novo regime republicano, a manutenção da ordem pública e da segurança nacional assumiam o primeiro plano das preocupações das elites dirigentes, constituídas pelos proprietários de terras, seus representantes

políticos, os segmentos médios ligados à expansão urbana e que participavam da limitada esfera pública de poder, e até mesmo uma parte expressiva dos meios intelectuais. Elites, porém, identificadas a uma visão do progresso que não alterasse a estrutura econômico-social, nem abalasse o sistema oligárquico, em que se fundavam, para a qual os intelectuais, manejando o discurso *científico* da época, forneciam os argumentos ideológicos para justificar a expulsão dos indesejáveis sob a forma de medidas administrativas, que se convertiam, assim, em instrumento político de primeira ordem. Nesse sentido, todo aquele que fosse considerado nocivo e pernicioso à sociedade e aos interesses da nação devia ser eliminado do corpo social, punindo-se não só aqueles que cometiam delitos e neles reincidiam, mas também os indigentes, enfermos ou inválidos, que sobrecarregariam os cofres públicos e, sobretudo, aqueles cujas opiniões políticas não coincidissem com a do governo.

Sob essa perspectiva, justapunha-se ao elemento nacional, principalmente ao escravo recém-liberto, que cabia enquadrar nessa sociedade, um *outro*. Esse outro, esse *estrangeiro*, provinha das *sobras* sociais do mundo europeu, e sua alteridade justificava, por si mesma, a desconfiança com que era visto. Por conseguinte, devia ser vigiado e contido; e, se tal não ocorresse, expulso. Essa atitude definia-se como uma medida de disciplina em relação ao espaço público e se, de um lado, voltava-se contra o estrangeiro pobre e contestador, de outro, também servia para aliviar a tensão social na capital, ao dirigir para aqueles, como bodes expiatórios, a repressão. Para além das questões nacionais, situava-se o primordial – a manutenção da ordem e da limpeza na cidade do progresso.

O trabalho, sem dúvida, impressiona o leitor pela riqueza e pelo amplo material de pesquisa analisado. Escrito em linguagem direta, correta e simples, o livro ultrapassa a fronteira do mundo acadêmico, tornando acessível aos interessados o resgate e o conhecimento das histórias de vida desses *outros*, que também construíram o Brasil. Além disso, a obra oferece novas perspectivas de análise: em primeiro lugar, ao demonstrar o potencial dos excluídos em uma luta social, especi-

almente a dos anarquistas, para além de uma organização operária; em segundo, ao estabelecer que a “questão estrangeira”, tão característica do contexto social mais amplo de 1930, não se encerrou naquele momento. Assim, ao contestar a visão histórica oficial da passividade popular, *Os indesejáveis* revela-se um livro particularmente oportuno para servir de ponto de partida para outros questionamentos em torno do caráter (des)ordeiro do povo carioca.

Lúcia M. Bastos P. das Neves